



## **O cangaço na imprensa e na história: banditismo e tensões políticas nos jornais do Ceará (1910-1930).**

Francisco Wilton Moreira dos Santos<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo discute como as notícias sobre o cangaço aparecem nos jornais cearenses no desenrolar do processo histórico. Voltamos nossa atenção para os anos iniciais da República e para a Sedição de Juazeiro, para compreender como os envolvidos no combate em defesa da “terra do padre Cícero”, muitos deles jagunços e cangaceiros conclamados à luta por Floro Bartholomeu, são descritos pela imprensa. Posteriormente, com as secas (1915, 1919 e 1932) que atingiam a vida da população cearense e os momentos de maior agitação social, percebemos que os grupos de cangaceiros independentes aparecem com maior expressividade. Analisamos os jornais *O Rebate*, *Jornal do Ceará*, *A Ordem*, *A Esquerda*, *Gazeta do Cariry*, *O Sitiá*, *O Povo*, dentre outros. Inferimos o papel da imprensa em narrar as ações desses sujeitos que se avultam nos jornais a partir dos anos 1920: as notícias passam a ganhar mais espaço e aparecem em maior quantidade criticando os governos. Nos anos 1930, mesmo com o aparato repressivo que se gestou, as notícias permaneceram, todavia, o tom de denúncia não era tão contundente.

**Palavras-chave:** Cangaço. Imprensa Cearense. Tensões Políticas.

### **The cangaço in the press and in history: banditry and political tensions in Ceará newspapers (1910 - 1930)**

### **ABSTRACT**

This article discusses how news about cangaço appears in Ceará newspapers as the historical process unfolds. We turn our attention to the early years of the Republic and to the Sedição de Juazeiro, to understand how those involved in fighting in defense of the “land of Padre Cícero”, many of them jagunços and cangaceiros called to fight for Floro Bartholomeu, are described by the press. Later, with the droughts (1915, 1919 and 1932) that affected the life of the population of Ceará and the moments of greater social unrest, we realized that the groups of independent cangaceiros appear with greater expressiveness. We analyzed the newspapers *O Rebate*, *Jornal do Ceará*, *A Ordem*, *A Esquerda*, *Gazeta do Cariry*, *O Sitiá*, *O Povo*, among others. We infer the role of the press in narrating the actions of these subjects that have been looming in the newspapers since the 1920s: the news starts to gain more space and appear in greater quantity criticizing the governments. In the 1930s, even with the repressive apparatus that was created, the news remains, however, the tone of denunciation is not so strong.

**Keywords:** Cangaço. Cearense Press. History.

<sup>1</sup> Mestre Interdisciplinar em História e Letras (MIHL/UECE). Graduado em História (FECLESC/UECE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0521581841611382>. E-mail: [professowill13@gmail.com](mailto:professowill13@gmail.com)



## 1 INTRODUÇÃO

O cangaço foi um dos assuntos que recebeu bastante atenção por parte dos jornais cearenses. De menções mais tímidas encolhidas em um canto de página, as notícias passaram às grandes manchetes dos periódicos ao longo dos anos. A utilização de recursos linguísticos e apelos emocionais para atrair a atenção do leitor que, em um misto de curiosidade e medo, buscava obter mais informações sobre os grupos de cangaceiros que andavam pelos sertões. A ampliação das notícias não pode ser dissociada do processo histórico e das transformações políticas e culturais que vivenciaram os cangaceiros e os jornalistas. Assim, precisamos pensar como se deu a ampliação do banditismo pelos sertões para compreendermos a relação dos diversos atores sociais e os indivíduos que compunham aquele quadro.

O aumento dos grupos de cangaceiros era constantemente mencionado na imprensa, chamando a atenção dos governantes para esse que seria um problema de extrema gravidade. Assim, verifica-se a ação dos homens de imprensa e intelectuais mobilizando-se para edificar a nação: cria-se temas em torno do nacionalismo objetivando a autovalorização do país. Com a República, os intelectuais aparecem como verdadeiros mensageiros do “processo de modernização da sociedade brasileira (...) que, munidos do instrumental cientificista, buscam remodelar o Estado, lutando contra a incapacidade técnica e administrativa dos políticos” (SEVECENKO, 1983 *apud* VELLOSO, 2013, p. 148).

Atentos aos processos históricos, entendemos o importante poder da imprensa e sua relação com o social. Ela dialoga com os principais acontecimentos do período: a Primeira Guerra Mundial, as lutas pela deposição do Governo Acioli, a Sedição de Juazeiro, a passagem da Coluna Prestes pelo interior do Nordeste, entre outros. Assim, ao estudar a imprensa, é preciso atentar para toda a gama de transformações econômicas, políticas e culturais, para não correr o risco de isolá-la e considerá-la meramente uma fase dentro de todo o processo, conforme alerta Raymond Williams (2007).

Os jornais são produtos que giram em torno de indivíduos, com projetos, valores e crenças difundidos através da escrita (LUCA, 2008). Como em um partido político, o jornal é uma reunião de sujeitos em torno de um objetivo em comum: sujeitos com as suas experiências, suas complexidades e suas contradições. Atentos a estes cuidados, as fontes que nos ajudaram a refletir sobre esse momento foram as *Mensagens do Governador do Ceará* e os jornais cearenses *O Rebate*, *Jornal do Ceará*, *A Esquerda*, *Gazeta do Cariry*, *O Sitiá*, *O*



*Povo*, dentre outros. Pernambucano de Mello (2011, 2012) e Bernardo Pericás (2010) foram importantes para pensarmos a ampliação do banditismo e o espaço no qual se desenrolam as ações estudadas.

## **2 DÉCADA DE DEZ: O CARIRI CEARENSE E A “PROFISSIONALIZAÇÃO DO BANDITISMO”**

O Cariri foi uma das regiões de maior ebulição e palco de violentas brigas entre famílias ilustres. Fazer parte do governo municipal tornava-se cada vez mais atraente, uma vez que a região crescia economicamente. Ralph Della Cava (2014) nos fala que no período entre 1901 e 1910 chegou a oito o número de chefes locais do Vale do Cariri que foram depostos violentamente e outros ameaçados de deposição. Para proteger suas posses, os grandes proprietários armavam os seus trabalhadores e recorriam a utilização de capangas, jagunços e cangaceiros na defesa de suas terras<sup>2</sup>.

A região Sul do Ceará aparece como espaço de maior agitação quando se fala em conflitos por terra e ação de criminosos. Como aponta Joaryvar Macedo (1990), no Cariri cearense a violência ganha destaque principalmente por contas das disputas advindas da política partidária. Os poderosos da região recrutavam vários dos bandidos que buscavam refúgios nas matas para compor seu exército particular. Esses bandoleiros, por sua vez, encontravam o insucesso da justiça oficial da região e a proteção que necessitavam dos donos das fazendas onde começavam a atuar (MACEDO, 1990). Dessa forma, o banditismo crescia no sertão, contando com o apoio do coronelismo. Os jornais acusam a perpetuação do banditismo graças a sua simbiose com o poder local: as forças que deveriam promover sua destruição andam, na verdade, de mãos dadas com o inimigo.

---

<sup>2</sup> Distinguir as nomenclaturas usadas é importante para entendermos os usos políticos e significados possíveis elaborados pela imprensa. O capanga, pouco frequente nas folhas cearenses, remete ao sujeito que prestava serviços ao chefe político, ao fazendeiro, mantendo, assim, uma relação de dependência, de submissão; o jagunço, por sua vez, era um mercenário que vendia seus serviços ao coronel, e que estava disponível para aquele que melhor pagasse. Isto posto, sua ideia de chefe e de submissão era diferente da noção do capanga (GRUNSPAN-JASMIN, 2016); quando falamos de cangaceiros e de “cangaço independente”, nos referimos à ideia da ausência de patrão, a não subordinação, a não ser aquela ligada ao seio do bando ao qual incorpora. Os chefes de bandos, por exemplo, tratavam de igual para igual alguns coronéis e fazendeiros, o que levou Pernambucano de Mello a considerá-los como “coronéis sem terras” exercendo seu poder pelas armas (MELLO, 2011). Mesmo mantendo relações com poderosos, o que caracteriza o cangaço independente é a possibilidade de romper a qualquer instante a aliança estabelecida. Ver também Isaura Queiroz (1977) e Billy Chandler (1980).



O ano de 1910 chega e com ele uma nova eleição para ocupar a presidência brasileira. O cargo estava ocupado por Nilo Peçanha que, como vice, assumiu após a morte de Affonso Penna, em 14 de julho de 1909. Seu governo foi rápido e caracterizado por sucessivas crises políticas, marcadas pelas disputas presidenciais que aconteceriam em primeiro de março de 1910. O principal nome que se avultava era o do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. O *Jornal do Ceará*<sup>3</sup> levantava a sua bandeira e fazia campanha em prol da eleição do marechal, acreditando ser ele o melhor representante para minimizar os problemas nacionais, afinal,

Ludibriados durante vinte longos anos por uma ficção de republica, entregue a governos inaptos ou mal intencionados, retalhado o seu vasto território em outras tantas satrapias quantas eram as províncias do antigo império, subjulgado por immoraes oligarchias que firmam o seu predomínio na oppressão e no banditismo, o Paiz precisa de um homem de energia rara e excepcional vontade que (...) se imponha impiedoso aos algozes do pôvo, extirpando do seio da Republica esse cancro que lhe envenena a seiva vital ameaçando-a de morte inevitável (JORNAL DO CEARÁ, 18/02/1910, p. 01. Grifo nosso).

Como se observa, somado às arbitrariedades oligárquicas, o banditismo aparece nas páginas dos jornais como um dos maiores males que acometeram a sociedade, apresentando-se como um entrave à civilização. Os veículos chamam a atenção para os perigos que ele representa para o bem-estar dos povos e para o desenvolvimento das cidades. O discurso de crise constante se fará presente nos jornais, uma vez que os intelectuais ligados à imprensa advogam para si o dever de mudar o país, atestando a incapacidade dos governantes. As elites intelectuais aparecem fortemente no cenário político em momentos de crise e mudanças profundas, “defendendo o direito de interferirem no processo organização nacional” (VELLOSO, 2013, p. 147) e assim, na construção da nação.

Durante todo esse momento de agitação política, o padre Cícero optou pela neutralidade. Essa posição serviu para manter Juazeiro em paz com seus vizinhos e, dessa forma, distante dos conflitos. Pode prosperar economicamente e teve também aumento populacional considerável, o que contribuiu para que no primeiro decênio do século XX, a vila se tornasse forte o suficiente para fazer concorrência a seus dois poderosos vizinhos: Crato

---

<sup>3</sup> O *Jornal do Ceará* começou a funcionar em 1904, sob direção de Waldemiro Cavalcanti. Sua redação ficava na Rua Senador Alencar, nº 14. As suas oficinas ficavam situadas à Rua Formosa, nº 41.



e Barbalha. Força que aos poucos foi mobilizada para pedir sua autonomia, como pode-se ler em *O Rebate*<sup>4</sup>, de “Joaseiro do Cariry”

Sim! O povo de Joaseiro acaba de proclamar a sua autonomia declarando-se independente do município do Crato, não se sujeitando de hoje em diante a desorientação política d’um irreflectido que, não satisfeito com ter abusado de sua índole altamente pacífica e ordeira, martyssando-o tanto, procurava a todos o transe arrastal-o às vilanias da degradação e da miséria a mais baixa, a mais vil, a mais abjecta, a mais abominável (O REBATE, 04/09/1910, p. 02).

Em nenhum momento a folha se refere ao Crato como sede do município, denominando-se a partir de 1911 como “Joaseiro do padre Cícero”, quando a cidade consegue sua autonomia, tornando o “Patriarca de Joaseiro” um poderoso coronel e inserindo-o na política oligárquica de vez (DELLA CAVA, 2014).

O pedido de autonomia de Juazeiro do Norte em 1911 e as negociações para uma separação pacífica não se desenrolaram bem e o assunto dividiu coronéis da região. Todavia, mediante a importante atuação do médico Floro Bartholomeu da Costa, baiano que se encontrava em Juazeiro desde maio de 1908 e conquistara a confiança do padre Cícero, conduziram para a assinatura de um acordo de apoio e ajuda entre os chefes políticos de dezessete municípios do Cariri Cearense, em 04 de outubro de 1911. O “Pacto dos Coronéis” foi assinado na Câmara Municipal de Juazeiro, e coube ao clérigo a presidência da sessão.

O documento é revelador das relações políticas estabelecidas entre chefes políticos e cangaceiros, fator que contribuía para a consolidação do banditismo no sertão. Observemos, pois, os pontos referentes ao tema ali descritos

Art. 1º - Nenhum chefe protegerá criminosos do seu município nem dará apoio nem guarida aos dos municípios vizinhos, devendo pelo contrário ajudar na captura destes, de acordo com a moral e o direito.

Art. 2º - Nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hipótese.

Art. 7º - Cada chefe, a bem da ordem e da moral política, terminará por completo a proteção a cangaceiros, não podendo protegê-los e nem consentir que os seus municípios, seja sob que pretexto for, os protejam dando-lhes guarida e apoio.

A firmação do pacto foi, para o escritor Gustavo Barroso (1917), um atestado da inoperância do governo e sua incapacidade em combater o banditismo. Em seu livro *Heróis e Bandidos*, comenta o texto do documento como sendo revelador de um “profundo atraso social” em uma terra

---

<sup>4</sup> Fundado em julho de 1909 pelo padre Joaquim de Alencar Peixoto, *O Rebate* era semanário e foi o primeiro jornal impresso da cidade de Juazeiro.



[...] onde os homens mais eminentes firmam publicamente um documento comprobatório de que o meio, a raça, a administração e a política, todos de mãos dadas concorrem para o banditismo? O governo que sugestionou a feitura desse convenio declarou, implicitamente, não ter forças para reagir e nunca ter cuidado de remediar o mal. Porque jamais poderia acreditar na palavra, embora escrita, daqueles que por necessidade, hábitos e interesse somente podem fomentar o crime. Os resultados foram nulos (BARROSO, 1917, p. 80).

Foram nulos, pois a história mostra a tonalidade dos acontecimentos seguintes ao acordo de harmonia política. O ano de 1911 trazia ainda mais o sentimento de insatisfação diante da atuação de Nogueira Accioly na presidência do Ceará, intensificando-se em janeiro de 1912 as campanhas contra sua permanência no poder. Aproximava-se mais uma vez o pleito e o povo não parecia ver forma de vencer o oligarca no voto, principalmente por conta das repetidas fraudes que marcavam as eleições.

Frente a tudo isso, o nome do Coronel Franco Rabelo crescia como indicação ao cargo. Em seu apoio foram realizadas a passeata das moças, em 14 de janeiro de 1912, sem ataques e violência, e a passeata das crianças, em 21 do mesmo mês. Nesta, a cavalaria acabou investindo contra a população e matando uma criança, era a centelha que faltava<sup>5</sup>. Desde o dia 22 de janeiro de 1912 a situação se adensava ainda mais até que, finalmente, com o nascer do dia 24 o castelo acciolino desmorona e “No dia 25 de janeiro, o Sr. Nogueira Accioly devido aos protestos urbanos iniciados na noite de 21 de janeiro renunciou e embarcou para o sul no vapor ‘Pará’ com alguns familiares e amigos próximos” (BARBOSA, 2011, p. 13).

Após a sua posse, em julho de 1912, Franco Rabelo tratou de articular suas forças objetivando desfazer a oposição política no Ceará. Sabendo do pacto firmado entre os coronéis do Cariri, adeptos de Nogueira Accioly, enviou para o Crato 200 homens da Polícia Estadual. A justificativa de tal feito seria a de colocar um fim ao cangaceirismo no sertão, campanha muito bem recebida por boa parte da opinião pública que a via “como esforço humanitário e politicamente desinteressado no sentido de livrar o estado de elementos criminosos” (DELLA CAVA, 2014, p. 233). Alguns, por outro lado, a via como uma fachada armada para assegurar sua sobrevivência e agir contra os coronéis da “velha guarda” da região.

Os soldados prenderam vários jagunços ligados a chefes políticos da oposição e o Presidente do Ceará destituiu alguns nomes importantes do poder público acusados de acoitar

---

<sup>5</sup> A pressão popular se avolumava e dia após dia os confrontos iam se dando na capital: o povo se armou e sofreu a repressão policial da cavalaria. Barricadas foram levantadas próximo ao Palácio do Governo, grupos de homens armados de rifles, boa parte deles funcionários do comércio e operários, viraram alguns bondes no bairro Benfica (TEÓFILO, 2001).



bandidos, fato que acabou desagradando o padre Cícero. Em janeiro de 1913 a antipatia do patriarca crescia, pois ele e seus correligionários estavam convencidos de que o rabelismo destruiria Juazeiro (DELLA CAVA, 2014). A situação piora quando Floro Bartholomeu viaja até o Rio de Janeiro para encontrar Nogueira Accioly e o senador Pinheiro Machado, em agosto de 1913. Tal encontro foi visto com maus olhos, podendo configurar uma articulação contra o atual Presidente do Ceará.

Não demorou muito e Franco Rabelo agiu: em dezembro de 1913 as tropas que estavam no Crato marcharam para invadir Juazeiro e em poucos dias a cidade estava cercada e ocupada pelas tropas. A resistência da cidade coube aos fiéis e aos grupos de cangaceiros comandados por Floro. Estes, agiam impiedosamente, principalmente contra os cangaceiros do lado rabelista. Os dias correram, a fome chegou e avançou; as armas dos populares eram poucas e ainda menor a quantidade de munição disponível. Os apelos do padre Cícero pela resolução pacífica que evitasse o banho de sangue foram em vão (DELLA CAVA, 2014).

O jornal *O Nortista*, de Sobral, apoiador de Franco Rabelo, no telegrama do dia 10 de janeiro publica que “Noticias vindas ultimamente de Cariry dizem que continuam os ataques, os saques e as depredações por parte dos jagunços não sendo respeitadas nem mesmo as propriedades oposicionistas do governo” (O NORTISTA, 10/01/1914, p. 02). O mesmo jornal ataca severamente a oposição, escrevendo artigo com uma série de perguntas retóricas:

Que querem os adversários do governo do Cel. Franco Rabelo? Que querem os sediciosos que, alarpadados na sombra, tramam contra a estabilidade dos poderes legalmente constituídos? Que querem os jagunços de Joaseiro, que afrontando a sociedade, escarnecendo dos nossos direitos de cidadão, matam, prostituem, saqueiam e praticam toda sorte de crimes? Que quer esse desnordeado Cícero Romão, que de maneira desbragada, enchovalha o nome da religião dos nosso paes? Que quer esse aventureiro bahiano, Floro Bartolhomeu, que ouza afrontar os brios do povo cearense (...). O povo quer saber, desde já, o que querem os bandidos, os aventureiros, os perturbadores da ordem (O NORTISTA, 18/01/1914, p. 01).

A efusiva crítica a ação dos jagunços não pode passar despercebida. É principalmente por conta da ação destes que o jornal justifica o massacre que devem sofrer os oposicionistas: “na repressão dos sediciosos, o Ceará não dá combate a homens, lucha contra canibais, combate sanhas de atropofagos sinistros que se chegassem a vencer devora-lo-ia” (O NORTISTA, 10/01/1914, p. 01). Todavia, é preciso perceber os interesses políticos em jogo, uma vez que, conforme nos diz Capelato (1988), os profissionais da imprensa são, antes de tudo, “polemistas” e sabem muito bem criar e tirar proveito da melhor maneira possível



das ideias e dos temas que têm em mãos (CAPELATO, 1988). Assim, cada palavra empregada na construção tem um efeito a causar durante a leitura

Nas edições seguintes, o jornal insiste em mencionar as atrocidades cometidas pelos jagunços de “Joaseiro” e que até o padre Cícero “está transformado em cangaceiro, trazendo um rifle a mão e cartucheira a cinta, por cima da batina, notando-se nelle, completo desvairamento” (O NORTISTA, 25/01/1914, p. 02), efeitos do transcorrer do conflito<sup>6</sup>.

Após o término do conflito levou tempo até que Juazeiro do Norte se estabilizasse definitivamente. Muitos dos jagunços e cangaceiros, tão eficazes no combate, foram os poucos sendo expulsos da cidade. Alguns foram presos ainda em 1914, outros, presos tempos depois a pedido do próprio Floro Bartholomeu. Padre Cícero ganhou ainda mais prestígio e Juazeiro tornou-se importante reduto político, mas a vitória trouxe um sentimento amargo para a sua reputação pessoal (DELLA CAVA, 2014).

A situação política no Ceará continuava crítica e o ano que se seguiu foi marcado por outra seca de grandes proporções. A seca de 1915 trouxe mais agruras para a vida no sertão, pois a fome, a miséria, as migrações, os assaltos e os saques aumentaram. Fruto de experiências anteriores, o governo busca estratégias para conter os retirantes, ocupando-os em obras de socorros públicos e afastando-os em campos de concentração<sup>7</sup>, nova experiência surgida para substituir os “abarracamentos”, haja vista que, aos moldes de cidades modernizadas, a antiga prática não lhe caia bem, podendo prejudicar seu “embelezamento”. Mais do que isso, essa ação aponta para o medo diante da grande quantidade de retirantes que representaria para a cidade um notável desajuste social, trazendo problemas para a economia e por provocar atos criminosos (NEVES, 1995). Em suma, buscava-se com os campos de concentração evitar o descontrole social.

Consultando as mensagens dos Presidentes do Estado do Ceará enviadas ao Presidente da República, Venceslau Braz (1914-1918), os pedidos de socorro tornam-se

---

<sup>6</sup> No dia 24 de março de 1914, o coronel Franco Rabelo segue para Rio de Janeiro e em seu lugar assume como interventor federal o coronel Fernando Setembrino de Carvalho (DELLA CAVA, 2014).

<sup>7</sup> Surgido no ano de 1915, em Fortaleza, por iniciativa do Presidente do Estado Benjamim Barroso sob a justificativa de ação humanitária, em que o aglomerado de pessoas poderia facilitar a distribuição de alimentos, aquele ambiente situado nos arredores da capital foi estruturado para receber 3000 homens, mulheres e crianças que antes estavam espalhados pelas praças da cidade. Reunidas, essas pessoas passaram a viver em situação subumana, com alimentação precária e péssimas condições de higienização. O campo de concentração era uma nova experiência, soma de saberes e poderes que visava o controle social. Cabia ao governo tomar medidas para afastar essas pessoas do convívio com os demais cidadãos, zelando pela honra das famílias e o bem-estar da nova Fortaleza que se fazia moderna. Portanto, “O campo de concentração não é apenas materialização destes poderes e saberes mas ele próprio produz novos saberes e novas formas de poder” (NEVES, 1995, p. 94).





sistemáticos. Elas informam que, sem área para a pastagem, o gado morre de fome e a “população empobrecida se desloca em todos os sentidos a procura de abrigo” em razão da péssima invernada. Além disso, alertam para a “profissionalização” do banditismo, que se estabelece maior e mais forte (MENSAGEM DO GOVERNADOR - CE, 01/07/1915, p. 13). A fala de Benjamim Barroso informa, ainda, que antes, esses sujeitos viviam escondidos, mas agora anda mais livremente, inclusive entrelaçando-se com os chefes políticos.

Os grupos encontravam no sertão um cenário que lhes favorecia: o escudo natural da rústica *caatinga* era um broquel quase impenetrável de difícil acesso, principalmente para os soldados da capital, não afeitos àquele ambiente. A colaboração entre membros das elites, do governo e do sertanejo mais pobre, contribuía para a permanência da atividade pelas armas, tornando um meio de vida para aqueles que enveredavam nessa aventura. E aqui, um motivo que se avulta é o fato de eles agirem por conta própria, ou seja, não mais obedeciam aos mandos dos coronéis, apesar de alguns ainda contarem com a ajuda e com os favores destes em troca de armas e mantimentos, como forma de garantir a sua sobrevivência. Quando não, optavam por outra forma de fazê-lo: saqueando, roubando, matando ou chantageando os grandes fazendeiros e poderosos da região.

É interessante perceber como, aos poucos, vai se operando uma mudança discursiva sobre o banditismo na medida em que se avançam os anos de experiência na jovem República. Desde os acontecimentos marcados pela Sedição de Juazeiro, passando pela crise da seca de 1915, nota-se o tema encarado com gravidade cada vez maior. Essa mudança discursiva está diretamente ligada com as mudanças sociais, isto é, o contexto histórico-social no qual se inserem os sujeitos e, conseqüentemente, seus discursos.

Pontuamos que os jornais, como empreendimento grupal, são movidos por interesses – entre outros – ideológicos e financeiros daqueles que estão envolvidos em seu processo de criação e, dessa forma, estão longe de serem veículos que buscam tão somente “informar” seus leitores. Conforme Helena Capelato e Lidia Prado (1980), “entende-se a imprensa fundamentalmente como instrumentos de manipulação de interesse e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19). Isto posto, as notícias não são narrativas neutras: dentro das estruturas de poder o jornal é um produto que nasce em torno de interesses.

A ação dos bandos independentes causava ainda mais agonia, pois ao contrário do banditismo político e remunerado, eles eram senhores de seus destinos. O cangaço, bem se sabe, já era um velho conhecido do sertão, entretanto, “a existência criminal desenvolvida por



um Lampião, não pode ou, ao menos não deve ser confundida com aquela levada a efeito por um Senhor Pereira ou um Jesuíno Brilhante” (MELLO, 2011, p. 88).

### **3 DÉCADA DE VINTE: AMPLIAÇÃO DOS GRUPOS DE CANGACEIROS E DAS NOTÍCIAS NOS JORNAIS DO CEARÁ**

Na década de 1920 percebemos as críticas ao modo cientificista, advindas com o pós-guerra. Homens de imprensa e intelectuais, mais uma vez, vão agir diante daquilo que acreditavam ser o seu papel: eles reivindicavam para si a responsabilidade de erigir o país, pois jugavam-se “os mais capacitados para conhecer o Brasil” (VELLOSO, 2013, p. 148). As alternativas para o desenvolvimento da nação se darão por meio da arte, é por ela que se busca atingir a realidade brasileira (VELLOSO, 1983, 2013). Lembremos que muitos dos jornalistas e vários dos colaboradores de suas folhas eram literatos, ou seja, faziam parte da elite intelectual e letrada da época e estavam dentro do sistema de poder.

Lucíola Limaverde, em pesquisa sobre o jornal *O Ceará* – fundado por Júlio de Matos Ibiapina –, fala do quadro de crise em que se encontrava o Ceará. Segundo ela, o Estado “(...) vivia uma fase de poucos direitos, o povo em péssimas condições de vida tanto no interior quanto na Capital” (LIMAVERDE, 2008, p. 03). E ainda, havia os inúmeros abusos políticos, tanto da polícia quanto dos coronéis. Os Presidentes dos Estados “fechavam os olhos a toda essa realidade” (LIMAVERDE, 2008, p. 03), o que contribuía para a perpetuação de tais ações, certas de impunidades.

Somado a tudo isso, o cangaço galgava degraus a patamares até então não vistos – ou ignorados. Diante disso, vários jornais vão dedicar mais espaço a esse tema tão caro à vida dos sertanejos, fazendo leituras muitas vezes apaixonadas e análises sociológicas associadas ao meio e à raça para tentar explicar o problema do cangaço, suas origens, motivações e perpetuações. A preocupação se intensifica na década de 1920, quando se assiste ao crescente número de grupos de cangaceiros em todo o Nordeste brasileiro.

O cangaceirismo, um dos significados que a imprensa atribui ao banditismo, é encarado como um mal e precisa ser combatido com urgência. O jornal *O Sitiá*, fundado e dirigido pelo jurista e historiador Eusébio de Sousa, dedica-se a discutir o assunto. Tendo circulado semanalmente em Quixadá entre os anos de 1924 a 1927, esse periódico publicou uma matéria com o título: “Guerra de morte ao banditismo”. A carta que abre a coluna é de



seu ilustre colaborador: o médico Dráurio Barreira Cravo<sup>8</sup>, um “ilustrado sertanista com profundo conhecimento de causa” (O SITIÁ, 20/12/1925, p. 01), e traz informes sobre um “assumpto do mais palpitante interesse”: trata-se das ações do governo da Paraíba e da “momentânea extinção do banditismo” naquelas terras, contabilizando a morte de catorze cangaceiros e a prisão de três deles até aquele momento.

Enquanto João Urbano Suassuna, chefe do Estado paraibano, tem tomado enérgicas providências no combate ao cangaço, o estimado colaborador d’*O Sitiá* afirma que o estado do Ceará faz caminho inverso e não tem mostrado qualquer iniciativa e interesse no extermínio do banditismo em terras cearenses. E é aqui que os elogios ao autor terminam e o senhor Eusébio de Sousa sai em defesa do presidente do Ceará, o desembargador Moreira da Rocha, assegurando sobre as conclusões de Dráurio que, “(...) sem querermos ferir o critério de seu digno autor, não podemos aceitar las, pois, conhecendo de perto os propositos do actual Presidente do Estado, julgamo lo incapaz de u’a inactividade nesse particular e que aos olhos do publico não ha razão que o justifique” (O SITIÁ, 20/12/1925, p. 01).

Em defesa do desembargador, Eusébio de Sousa ainda diria que mesmo diante da crise pela qual passa a administração do supracitado político, este não é indiferente ao combate e extinção do banditismo e, ainda, que o Estado do Ceará tem contribuído para acabar com a horda de facínoras que grassavam o sertão: “temos certeza do que afirmamos” (O SITIÁ, 20/12/1925, p. 01), assevera o jurista. Todavia, o governo de Moreira da Rocha é acusado de tolerância em demasia às ações criminosas de cangaceiros. O Ceará, nesse período, foi considerado terra simpática a cangaceiros e pouso seguro de Lampião.

Em meio a tudo isso, marchava pelo interior do Brasil a Coluna Prestes, pondo em alarde o Governo Federal. No início dos anos 1920 uma série de revoltas urbanas envolvendo oficiais do exército de baixa e média patentes, os jovens “tenentes”, eclodiu. Após um primeiro ato de rebeldia em 05 de julho de 1922 no Rio de Janeiro<sup>9</sup>, duramente reprimido, os

---

<sup>8</sup> Filho de Maria de Jesus Barreira Cravo e do Coronel Francisco Alves Barreira Cravo, Dráurio nasceu em 22 de janeiro de 1885 e faleceu em 13 de junho de 1966. Além de atuar como médico, em Quixadá, assumiu a prefeitura da cidade entre 1934/1935.

<sup>9</sup> A Revolta do Forte de Copacabana estoura por conta de acusações (falsas ou verdadeiras) feitas ao exército e as divergências políticas às oligarquias dominantes, personificadas no presidente Artur Bernardes. O forte é bombardeado e os rebeldes ficam cercados. Boa parte resolve se render, mas um grupo resiste às investidas: Dezesete militares, com a adesão ocasional de um civil, decidiram sair pela praia de Copacabana indo de encontro às forças governamentais” (FAUSTO, 2015, p. 172). Na troca de tiros, saíram dois feridos e dezesseis foram mortos. Os “Dezoito do Forte”, como ficaram conhecidos, iniciaram o tom da legenda tenentista.



tenentes revoltosos iriam se organizar e lançar uma campanha bem mais forte em 1924, cujo objetivo era derrubar o presidente do Brasil (FAUSTO, 2015).

Na capital paulista, contando com a presença e prestígio de Miguel Costa, os rebeldes conseguiram algum apoio das milícias estaduais e tomaram alguns quartéis. Em 27 de julho, deixaram a cidade e partiram para o interior, sempre seguindo para o oeste, onde se fixariam no Paraná. Em outubro desse mesmo ano, no Rio Grande do Sul, destacam-se os nomes de João Alberto e Luís Carlos Prestes na revolta tenentista que ali eclodira. Prestes e Miguel Costa se juntaram “em abril de 1925 e decidiram percorrer o Brasil para propagar a ideia da revolução e levantar a população contra as oligarquias” (FAUSTO, 2015, p. 173). Nasce a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, conhecida como Coluna Prestes.

Sem tanto apoio das forças federais, Artur Bernardes apela para a relativa autonomia dos estados, conclamando que os chefes políticos nordestinos organizassem seu próprio “exército” para combater os avanços da Coluna<sup>10</sup>. O padre Cícero, em tentativa de conter os avanços dos revoltosos, enviou uma carta a Luiz Carlos Prestes, convidando o “Cavaleiro da Esperança” a se render, que as tropas depusessem as armas e garantiu que todas “elas seriam acolhidas em Juazeiro, com todas as garantias” (PERICÁS, 2010, p. 158). Os apelos foram em vão. Então, da janela de sua casa, ele teria conclamado os ali presentes a tomarem as armas nas mãos e evitarem a destruição de Juazeiro.

Em março de 1926 o jornal *O Nordeste*<sup>11</sup> noticiava a passagem de Lampião por Juazeiro do Norte. O cangaceiro fora convidado por Floro Bartolomeu e o padre Cícero para combater os “revoltosos” da Coluna Prestes. O convite foi uma afronta ao bem viver e à moral social, segundo o periódico, que intitulou a matéria com os dizeres “Miséria e Vergonha”. O município estava “desmoralizado” e seu chefe era o culpado (O NORDESTE, 08/03/1926). O jornal não poupou tinta aos ataques ao sacerdote, colocando-o como protetor de cangaceiro e idealizador da estadia do bandoleiro nas terras cearenses. Esse discurso vai funcionar como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que ataca a imagem do padre (em nada conforme a

---

<sup>10</sup> Sobre a passagem da Coluna Prestes pelo interior do Ceará, o trabalho de Alex Oliveira nos ajudou a compreender “as multiplicidades de usos do impresso e as possibilidades de jogo que imprensa se utiliza diante de circunstâncias e interesses” (OLIVEIRA, 2011, p. 44), evidenciando o papel da imprensa e as suas articulações entre o nacional e o local por meio das alianças políticas no combate ao movimento.

<sup>11</sup> Esse jornal foi fundado no ano de 1922 por Dom Manoel da Silva Gomes (1874-1950). O periódico era ligado a arquidiocese e defendia os interesses da Igreja Católica no Ceará. Em 1927 o jornal passa a publicar duas edições diárias (manhã e tarde), o que aponta, entre outras possibilidades, para a estabilidade da folha e o seu sucesso diante das vendas com um público fiel e consolidado.



moral católica), busca chamar a atenção para a situação da cidade “reduto de cangaceiros”, desmoralizada diante das demais cidades do Nordeste (DUTRA, 2011).

O jornal *A Esquerda*<sup>12</sup>, dirigido por Jáder Moreira de Carvalho (1901-1985), começa a circular em Fortaleza e em sua primeira edição promete que será “mais uma voz a erguer-se, mais um protesto a levantar-se no pântano em que nos afundamos, explorados por uma sucia de espertalhões e gatunos, que na indiferença popular guindou aos mais altos postos da republica” (A ESQUERDA, 25/01/1928, p. 01). O periódico pretendia ser um veículo de denúncia dos desmandos que se desenrolavam no país, sobretudo no Nordeste, não poupando críticas ao governo, acusando-o de incapacidade de governar pelo bem do povo.

*A Esquerda* diz que o Ceará está em um clima de insegurança nunca visto antes, e que vários jornais noticiam os mandos e desmandos do banditismo, sendo assim vergonhoso saber que “o cangaço firmou o seu império no Nordeste, só faltando exigir que o reconheça o governo na União. Pelos modos, não há de tardar” (A ESQUERDA, 15/02/1928, p. 01). Os discursos sobre o cangaço nos jornais cearenses continuam se avolumando na década de 1920, as ações desses indivíduos ganham maior apreensão, pois as tentativas de exterminá-los são ineficazes: o Estado e seus oficiais tentam seguir “em sua pista e (...) vão sendo illudidos pela astucia dos bandidos” (O POVO, 17/03/1928).

Essas notícias ajudam a criar uma imagem de invencibilidade, de um inimigo quase implacável, principalmente no cangaço lampiônico<sup>13</sup>. As forças do governo não conseguiam acabar com a “leva de facínoras” que andavam impunemente pelos sertões. Nas páginas d’*A Esquerda*, continuam as narrativas que buscavam mostrar o estado de terror no qual estaria imerso o Ceará. Na edição do dia 30 de março, aparece notícia sobre uma possível intervenção federal de forças policiais que viriam para combater o banditismo no Ceará. Não há muita crença de que esse seja o objetivo real de tal intervenção, mas o jornal afirma que ela será muito bem-vinda, pois “(...) quanto antes, é mister combater-se o banditismo do actual governo” (A ESQUERDA, 30/03/1928, p. 01).

*Gazeta do Cariry*, por exemplo, publica um telegrama dias antes, vindo de Brejo dos Santos com o título “Proteção ao Banditismo”. Nele podemos ler que Firmino Ignácio,

<sup>12</sup> No dia 25 de janeiro de 1928, o jornal *A Esquerda* começa a circular em Fortaleza. No mesmo ano o jornal é fechado, só voltando a ser impresso na década de 1930. Jáder de Carvalho, editor e proprietário dessa folha, atuou como jornalista, romancista, poeta e também sociólogo, advogado, professor e historiador.

<sup>13</sup> Sobre a imagem de Lampião e a sua construção discursiva pela imprensa, ver o trabalho de Wescley Dutra (2011) intitulado *Nas Trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas Representações (1922-1927)*.



filho do Major José Ignácio do Barro, havia fornecido “munição e generos alimenticios” a Lampeão (GAZETA DO CARIRY, 18/03/1928). No mês seguinte, “o resto dos mortaes comenta, aos cochichos, visitas myteriosas que Lampeão continua a receber de personagens de evidencias no meio social e político do Cariry” (GAZETA DO CARIRY, 05/04/1928).

Era esse entrelaçamento entre os cangaceiros, políticos e demais atores sociais que contribuía para a perpetuação do cangaço, afirmam as folhas cearenses. A ampliação do banditismo e a ação dos numerosos grupos independentes no sertão estampava os jornais. A *Ordem*, por exemplo, menciona que “O audacioso grupo de bandoleiros chefiados pelos irmãos Marcelinos continua a praticar os mais audaciosos crimes no Cariry, de onde, todos os dias, chegam notícias de suas façanhas” (A ORDEM, 07/09/1927, p. 03). O crescente número de menções feitas ao cangaço durante esses anos está entrelaçado com a própria evolução técnica e capitalista da imprensa, haja vista que nos anos 1920 a passagem da fase artesanal para a grande imprensa com viés de empresa capitalista está se consolidando no Ceará. Nessa dinâmica também não se deve perder de vista toda a gama de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais nas quais estava imerso todo o Estado.

Apesar dos acordos firmados entre alguns estados do Nordeste visando o combate ao banditismo (1922, 1926 e 1935) e de terem conseguido algum sucesso na perseguição (principalmente em 1926), era a audácia e o sucesso dos cangaceiros que sobressaía nas narrativas dos jornais: era inaceitável e uma afronta ao bem-estar nacional que um grupo de “malfeitores” andassem pelos sertões com tamanha ousadia e liberdade. Não foi gratuito o fato de muitas folhas apostarem na “Revolução de 1930” na esperança que, de fato, alguns dos vícios que deturpavam a República fossem sanados.

#### **4 DÉCADA DE TRINTA: AS NOTÍCIAS SOBRE O CANGAÇO EM TEMPOS DE CENSURA**

Os principais jornais da capital, como *O Povo* e *O Nordeste*, continuaram a circular e outros tiveram sua inauguração na nova década. O jornal *Pátria Nova* apareceu como um órgão do governo em dezembro de 1930 e fundiu-se ao jornal *A Esquerda* em fevereiro de 1931; *A Nação* (1931), *O Legionário* (1933), *A Rua* (1934), são alguns exemplos listados por Geraldo Nobre (2006). As transformações que foram se desenhando ao longo dos



anos trinta do século passado aparecem em vários setores da sociedade brasileira. Sua articulação com a imprensa do país também se efetivará nesse período.

O fantasma do comunismo sobrevoava e assustava muitos dos que viram na Revolução Russa uma reação popular contra os abusos e descasos do governo. Para evitar que se abatesse sobre o Brasil a mesma “moléstia”, alguns grupos defendiam um Estado “forte” e organizado e a necessidade da Revolução. *O Nordeste* alertava que “o perigo comunista é uma realidade que ameaça o país e não será com panos mornos que se deixará subjugar” (O NORDESTE, 20/02/1930, p. 01). Assim, seria preciso realinhar o país com os princípios de autoridade e com a doutrina social cristã (PINTO, 2011), ideia que se manteve durante a década de 1930 tornando-se um porta voz da Liga Eleitoral Católica (LEC).

*O Povo* publicou, no dia 10 de outubro, um artigo replicado pelo jornal *A Razão* no dia seguinte, alertando aos políticos municipais aliados do governo deposto do momento que atravessa o Ceará. Cantando louros às forças revolucionárias e seus governantes que trariam ao povo “um Brasil livre, em que todas as actividades patricias collaborem na grandeza nacional” e mais adiante informava que “o regime da mentira já se acabou” (O POVO, 10/10/1930, p. 03). O jornal *A Ordem* publicou número avulso em 15 de outubro de 1930 no qual comentava sobre “A VICTORIA DA REVOLUÇÃO” e trazia “as ultimas noticias sobre o movimento revolucionário do Brasil” (A ORDEM, 15/10/1930, p. 01).

Apesar da repressão e censura que aos poucos vão aparecendo, era uma boa compactuar com o governo – e vários jornais o fizeram –, pois assim continuariam mantendo as vendas das suas folhas, podendo ainda tentar galgar alguma posição dentro do jogo de poder, além de não entrar em conflito com o Estado. Há, na verdade, um momento de ambiguidade no jornalismo. Curiosamente, afirma Nelson Werneck Sodré (1966), no período ditatorial varguista a Associação Brasileira de Imprensa passou por um processo de enriquecimento de seu patrimônio.

Veremos uma aproximação entre governo e homens da imprensa, simbiose que buscava dar uma nova direção à Nação e ao povo.

É a partir da década de 1930 que eles passam sistematicamente a direcionar a sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identifica-lo como a representação superior da ideia de nação. Percebendo a sociedade civil como um corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização, unidade. Assim, ele é o cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social (VELLOSO, 2013, p. 148).

Conforme Marialva Barbosa (2007)



A complexidade das relações políticas, que se inicia com a coalizão de forças que assume o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo do Rio de Janeiro, que funciona nas cercanias do poder. Ainda que haja a clara utilização dos meios de comunicação – inclusive os mais modernos, como o rádio – para atingir um público agora identificado como massa, há também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa que divergências (BARBOSA, 2007, p. 103).

Não é demais lembrar que em determinadas conjunturas, a imprensa não só incorpora elementos das estruturas de poder, como ela própria é “espaço privilegiado da articulação desses projetos” (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 259). No Ceará, por exemplo, citamos o jornal *O Povo*, que vai se alinhar com o governo Vargas permanecendo, assim, até a instauração do Estado Novo (1937-1945), quando a folha se coloca contra o regime.

Durante o Estado Novo essa simbiose estaria completa. Configurando-se ao fim da geração da década de 1930, esse vínculo faz parte de um projeto de poder em que propaganda política e educação são centrais para as ideias de cultura dentro da questão nacional. Tem-se a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgãos de função repressora cujo ideal é, dentre outros, centralizar e orientar a propaganda nacional. Quanto à imprensa, deveria incentivar e orientar as relações com os poderes públicos, visando “maior aproximação da mesma com os fatos que se liguem aos interesses nacionais” (BARBOSA, 2007, p. 118). Assim, incorporando esse grupo, o conflito cederia espaço à harmonia.

Entrementes, não podemos pensar que essa articulação se estabeleceu de forma linear. Jornais da capital e do interior do estado ainda continuaram a direcionar suas críticas para o governo e ao cangaço, que ainda no início da década de 1930 continuava como um problema para a “Pátria Nova”.<sup>14</sup> Havia algumas mudanças sutis nas notícias: o tom de denúncia não aparecia de forma tão incisiva, o espaço a elas destinado também se modificou, mudando de página e/ou de tamanho, mas elas permaneciam ali<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Expressão que foi utilizada por muitos jornais da época para se referir ao regime instaurado pela “Revolução” de 1930. Outra expressão que aparece nas folhas cearense para designar o novo regime é “Brasil Novo”.

<sup>15</sup> A década de 1930 foi também o momento em que as narrativas sobre a mulher como integrante dos bandos, a mulher cangaceira, vão parecer nos jornais do Ceará. Como se sabe pela historiografia clássica, as mulheres compuseram as fileiras do cangaço apenas na década de 1930, quando Maria Gomes de Oliveira, mais tarde Maria Bonita, passou a viver com Lampião. Depois dele, outros cangaceiros fizeram o mesmo e, com a inserção da mulher cangaceira, o cangaço precisou se reinventar.





Enquanto os jornais falavam do insulto à civilização e à modernidade que o cangaço representava, para Benjamin Abrahão “(...) por trás daquelas roupas de couro, por baixo daquele chapéu meia-lua, à frente daquele bando de facínoras, havia um homem comum e uma comunidade politicamente organizada” (ANDRADE, 2007, p. 96) e era essa imagem que aguçava a sua curiosidade e que ele buscava mostrar em sua película<sup>16</sup>.

Embrenhando-se na caatinga em 1936 com o equipamento fornecido por Ademar Bezerra de Albuquerque, estima-se que em fins de março daquele ano, no município de Mata Grande, Alagoas, Benjamin Abrahão tenha se encontrado com o Lampião (MELLO, 2012). Boa parte das fotografias que nos chegaram foram produzidas por ele. Além delas, uma película com cerca de 12 minutos com imagens de Lampião e seu grupo. A fita mostra as ações do bando e que os cangaceiros se divertem com as encenações. As mulheres aparecem dançando e cuidando de seus companheiros, ou ladeadas por seus guarda-costas, como Maria Bonita. Além disso, elas aparecem de armas em punhos, com se participassem de um combate.

O sucesso da empreitada põe as notícias sobre o cangaço na página de abertura dos jornais e o tom de denúncia também aparece pondo em foco o governo varguista, como questiona o jornal *O Povo*: “Será possível (...), que se possa ainda, por esses tempos tão mudados, filmar um bandoleiro, um gangster, um assassino mil vezes assassino e não se tenha meios de apanhá-lo?” (O POVO, 28/12/1936, p. 01). Mais tarde o documentário foi censurado pelo Estado Novo. Ora, as imagens teriam o poder de demonstrar, até certo ponto, a incapacidade dos Estados em acabar com o cangaço: como há tempos o governo tentar exterminar esses indivíduos e, diante de seus insucessos, um sujeito permanecer na caatinga filmando e fotografando os cangaceiros? Havia, ainda, o medo de o filme ser transformado em uma apologia ao cangaço, fenômeno que maculava a imagem da República.

Ainda na década de 1930, outro momento de destaque nas notícias sobre os cangaceiros acontece depois da morte de Lampião, Maria Bonita e mais “nove comparsas” (O POVO, 29/07/1938, p. 01) em Angicos, Sergipe. Em 28 de julho de 1938, jornais cearenses e a imprensa de todo o país, noticia a morte do “célebre cangaceiro”. O jornal *O Povo* estampa em letras grandes que foi decapitado o “famoso casal do cangaço”. Inúmeros telegramas foram enviados noticiando o feito da polícia volante alagoana liderada pelo Tenente João Bezerra.

---

<sup>16</sup> Curiosamente, seus primeiros escritos sobre o cangaço que não sob a ótica da violência, foram recusados pelos jornais. Ainda mais curiosa é sua morte, em 1938, que até hoje não foi esclarecida. Pernambucano de Mello (2012) acredita que, ao insultar o Estado Novo, Benjamin cavou a sua própria sepultura.



Percebemos uma espécie de celebração macabra misturada à euforia sobre as notícias da morte de Lampião e uma legitimação da violência: a população aguardava “as cabeças dos bandidos” (O POVO, 29/07/1938, p. 01), em Maceió. Evidencia-se, com este acontecimento, a força do Estado Novo (1937-1946) e a legitimação o governo varguista, ao mesmo tempo que reforçava-se o poder da imprensa na tentativa de influenciar a opinião pública contra o cangaço. Todavia, vale a pena lembrar que muitas memórias vão se compor ao longo dos anos sobre esse tema tão rico em possibilidades de discussões<sup>17</sup>.

#### 4 CONCLUSÃO

Discutimos ao longo deste trabalho como o tema *cangaço* apareceu ao longo do processo histórico na imprensa do Ceará. Na década de 1910, nos casos do Cariri cearense as notícias acompanham o processo de emancipação da cidade de Juazeiro e da Sedição de Juazeiro. Vimos, ainda, que elas estavam ligadas principalmente às atuações das oligarquias locais. Os grupos de jagunços e cangaceiros conclamados à luta foram aos poucos expulsos da cidade e/ou presos após o conflito. Posteriormente, os jornais e documentos oficiais vão denunciar a “profissionalização do banditismo” e a atuação de cangaceiros independentes ameaçando os interesses das elites locais e, portanto, cobrando o seu extermínio.

Na década seguinte, percebemos a ampliação dos grupos de cangaceiros no Nordeste brasileiro. Dentro desse quadro, as notícias sobre esses sujeitos também aumentaram na imprensa: ganham novos espaços e avançam para a primeira página. Vários jornais vão noticiar os feitos dos diversos grupos, pedindo constantemente meios para seu fim. Críticas são tecidas ao Estado e aos governos ao longo dos anos 1920, especialmente pelas atuações de Lampião, cada vez mais ousadas e descritas como quase impossíveis de serem paradas.

Já nos anos de 1930, observamos o movimento que as notícias fizeram na imprensa cearense. Percebemos o aparecimento da figura feminina nos grupos e sua aparição nos jornais, mesmo que mais tímida. Ao longo dessa década, vão se gestando estratégias buscando silenciar as ações dos cangaceiros, principalmente durante os Estado Novo varguista, quando se nota um aparato de censura e a aproximação entre Estado e imprensa. Todavia, mesmo que o tom de denúncia não ficasse tão evidente em algumas folhas, a

---

<sup>17</sup> A título de exemplo, o trabalho de Vagner Ramos Filho (2017) intitulado de “Século Virgulino”: o cangaço nas (con)fusões da memória entre comemorações de lampião no tempo presente.



longevidade do cangaço e as ações cada vez mais aterrorizantes, vão colocá-las em pauta. O sucesso da empreitada de Benjamin Abrahão com suas fotos e as notícias sobre a morte de Lampião e Maria Bonita são um bom exemplo.

## **FONTES**

*Mensagens do Governador do Ceará* (1915)

### **Jornais consultados**

*A Esquerda* (1928)

*A Imprensa* (1931)

*A Ordem* (1927-1930)

*Gazeta do Cariry* (1928)

*Jornal do Ceará* (1910)

*O Nordeste* (1926-1930)

*O Nortista* (1914)

*O Povo* (1928, 1930, 1938),

*O Rebate/Sobral* (1907)

*O Rebate/Juazeiro do Norte* (1910)

*O Sitiá* (1925)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Matheus. **A saga de Lampião pelos caminhos discursivos do cinema brasileiro**. 2007. 145f – Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras, João Pessoa, 2007.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. Organização, formação e atuação policial durante a “oligarquia Accioly” em Fortaleza - CE (1896-1912). In: **ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – ANPUH: São Paulo, julho 2011.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa** – Brasil – 1900- 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1917.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. **O Bravo Matutino, imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa e Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 253-270, dez. 2007.



DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Tradução De Maria Yedda Linhares. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DUTRA, W. R. **Nas trilhas do “rei do cangaço” e de suas representações (1922 – 1927)**. 2011. 176f. – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3º ed. atual. e ampl. São Paulo: Edusp, 2015.

GRUNSPAN-JASMIN, Élise. **Lampião, senhor do sertão: vidas e mortes de um cangaceiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LIMAVERDE, Lucíola. **Jornal O Ceará: exemplo de mídia combativa na década de 1920**. In: **XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO** – Natal, RN, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas: história dos, nos e por meio de periódicos**. In: PINKSY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 05 , p. 111-153.

MACEDO, Joaryvar. **O império do Bacamarte**. Fortaleza. UFC, 1990.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Benjamin Abrahão: entre anjos e cangaceiros**. São Paulo: Escrituras 2012.

\_\_\_\_\_. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2011.

NEVES, Frederico de Castro. **Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.15, n. 29, p. 93-122, 1995.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC, 2006.

OLIVEIRA, Alex Alves de. **Representações da passagem da Coluna Prestes no sertão cearense**. 2011. 198f. – Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2011.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINTO, José Aloísio Martins. **Estado autoritário, direção partidária e cultura política: o jornal “O Nordeste” na década de 1930 (Fortaleza/CE)**. In: **ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – ANPUH, São Paulo, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os Cangaceiros**. São Paulo, Duas Cidades, 1977.



RAMOS FILHO, Vagner Silva. **Século Virgulino: o cangaço nas (con)fusões da memória entre comemorações de Lampião no tempo presente.** 2017. 238f.– Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

TEÓFILO, Rodolfo. **Libertação do Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo).** 1983. 191f – (Mestrado em Filosofia). Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1983.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In.: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.) **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – vol. 2.** 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. cap. 05, p. 147-177.

WILLIAMS, Raymond. A Imprensa e a Cultura Popular: uma perspectiva histórica. In: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.35, p. 15-26, dez. 2007.